

# A SÍNDROME DO PROVINCIALISMO ASSIMILADO: EDUCAÇÃO EM ANGOLA, DO COLONIALISMO ÀS COLONIALIDADES

Eduardo Sala<sup>1</sup>

**Resumo:** Utilizando-se do tipo de pesquisa qualitativa, método de pesquisa bibliográfica e análise documental crítica, esse artigo analisa às adversidades que perpassam a sociedade angolana que, tendo sofrido repressão cultural sem precedentes levada a cabo pelo regime colonial-fascista português, hoje se depara com o dilema das colonialidades que, direta ou indiretamente, influenciam o funcionamento das instituições que uma vez alheias as práticas étnico-culturais que caracterizam o modo bantu de ser e fazer-se no mundo, levam a uma alienação sócio-cultural generalizada. Não por acaso, uma das instituições centrais mais afetadas por este fenômeno são as acadêmico-escolares, particularmente nas áreas específicas das Ciências Sociais e Humanas. Dada a sua natureza, são essas instituições que deveriam estar na linha da frente de tão importante e incontornável tarefa para um Estado que se preze e se quer realmente soberano e independente, a “descolonização das mentes e consequentemente, das instituições”. Os resultados indicam que, por ser um fenômeno histórico-socialmente construído que afeta todas as esferas da sociedade, só pode ser decifrado e combatido através de uma análise histórico-socialmente orientada a partir de um conceito específico para o referido contexto, a Síndrome do Provincialismo Assimilado.

**Palavras-Chave:** Educação; Angola; Colonialidades; Provincialismo assimilado.

## INTRODUÇÃO

### CONCEITOS E CONTEXTUALIZAÇÃO

A síndrome do provincialismo assimilado é, digamos assim, uma frase que intitula um dos subcapítulos da minha dissertação de mestrado (Sala, 2024). Faz jus elucidarmos antes de tudo que, separadamente, as três palavras que constituem a frase são bastantes conhecidas no meio científico-acadêmico, pelo que, não constituem algo novo por si só. Porém, a adaptação e interligação entre elas, da qual resulta o título do presente artigo, é o resultado de uma inovação teórico-conceitual que serve para evidenciarmos um fenômeno sui generis de base histórico-sociológico, que acomete tanto o meio político-acadêmico, quanto a sociedade angolana como um todo, conforme veremos mais adiante.

Etimologicamente, síndrome é uma palavra que geralmente remete a uma condição clínica (médica), física ou psicológica. No campo da psicologia social, o termo tem sido geralmente usado para descrever um certo complexo, seja ele individual ou coletivo.

---

<sup>1</sup> Eduardo Sala, eduardosala200@gmail.com, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutorando em Educação. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6385378510960849>.

Ultimamente, em termos psico-sociológicos, um dos prognósticos que mais tem sido usado é o da síndrome de Estocolmo.

Segundo a literatura, Síndrome de Estocolmo remete a uma condição emocional em que, uma vez sequestrada e sodomizada, a vítima passa a admirar e cria uma certa relação de dependência emocional com o agressor, passando a normalizar tais ações. Uma vez liberada, a mesma sente-se desamparada e, com a necessidade de ser aceite, passa buscar constantemente a aprovação de seu outrora sequestrador, submetendo-se a situações vexatórias, senão mesmo humanamente inaceitáveis (Abeijon, 2009).

O conceito de síndrome supracitado possui uma aplicabilidade, diga-se, mais ou menos global e geral. No Caso específico de Angola, é uma síndrome mais provinciana porque, tal qual reza a literatura e os documentos da era colonial, como o Estatuto do Indigenato de 1954, nos estágios que precedem o declínio do regime fascista-colonial português, Angola deixou de ser chamada por colônia e, nos documentos oficiais de Portugal e da administração local, passou a ser designada como província Ultramarina. Apesar de que, como se sabe, continuava a ser uma colônia de fato.

Com o advento do provincianismo, o regime fascista-colonial português cria uma nova categoria de cidadãos, o do assimilado. Assim, o assimilado era um nativo que ascendia a categoria de um “quase cidadão”, um cidadão de “quinta categoria”, inferior ao português, superior ao indígena, este último que, apesar de constituir a maioria da população da província, não era considerado cidadão, porque permanecia nativo nos níveis espiritual e de comportamento (Portugal, 1954). Portanto, assimilado era o africano aculturado, nativo da província ultramarina de Angola que se despia das suas práticas culturais, hábitos, línguas e costumes para se assemelhar com o europeu, se vestir, falar, ser e conviver com colonizador, ser aceite.

É a partir deste contexto que surge a frase *Síndrome do Provincialismo Assimilado* que, não obstante o fim da colonização política, mantém-se atualmente em Angola nas formas de colonialidades e do neocolonialismo, perpassando todas as esferas da sociedade, do topo a base, da elite política no poder a oposição, do acadêmico ao cidadão comum. Neste artigo em específico, nos focaremos na Síndrome do Provincialismo Assimilado que acomete os educadores, acadêmicos e o sistema de educação como um todo em Angola, com forte pendor crítico a classe de dirigentes políticos, que constitui a tutela centralizada de todo o sistema acadêmico/educacional do país.

## OBJETIVOS

Este trabalho objetiva analisar as causas e consequências das colonialidades que perpassam a sociedade e, mais especificamente, o sistema de educação angolano. Tendo-se o diagnóstico, propor mecanismos sócio-educacionais, políticos e legislativos como contra-medidas aos (neo) colonialismo e as colonialidades que, no caso específico de Angola, apelidamos (neste texto) de Síndrome do Provincialismo Assimilado.

## METODOLOGIA

Este artigo utiliza o método de pesquisa bibliográfica e análise documental crítica. Para análise documental, utilizou-se o Estatuto do Indígena português de 1954, que estabelecia o estatuto das populações originárias (africanos) da província ultramarina de Angola e demais colônias portuguesas. A pesquisa bibliográfica foi feita a partir de bibliografias pertinentes com base na literatura da área, em diálogo com o capítulo *Sociologia Angolana na como Ramo da Sociologia Africana*, mais especificamente com o subcapítulo “*Sociólogos Angolanos, Ensino de Sociologia e A Síndrome do Provincialismo Assimilado*” – da dissertação de mestrado “*Propostas para Construção de Epistemologias Sociológicas endógenas*” (em Angola)” (Sala, 2024).

Os resultados indicam que, mais do que o ser e saber, o assimilacionismo em Angola foi projetado como um instrumento de (neo) colonização institucional de longa duração, ou seja – um projeto de poder transgeracional. Por ser um fenômeno histórico-socialmente construído que afeta todas as esferas da sociedade, só pode ser decifrado e combatido através de uma análise histórico-socialmente orientada a partir de um conceito específico para o referido contexto, a Síndrome do Provincialismo Assimilado.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### PROBLEMATIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

A síndrome do provincialismo assimilado, uma enfermidade que assola a sociedade e mais especificamente o sistema educacional angolano, é um problema cuja explicação só pode ser encontrada a partir de uma análise sócio-historiográfica, partindo da análise dos fenômenos que estão na origem da construção do próprio sistema. Até certo ponto, podemos dizer sem reservas de que o vácuo ideológico em que se encontram inertes as instituições de ensino, que se origina não mais do que na ausência de verdadeiros ideais nacionais e de

estratégia geopolítica a nível das instituições políticas de tutela, permite a manutenção de um modelo de ensino, currículo e projetos estranhos as realidades socioculturais dos povos de Angola.

Para compreendermos um pouco melhor o supracitado, talvez se faça necessário fazer um breve lembrete histórico-sociológico sobre os diferentes paradigmas político-ideológicos que estão na origem da formação do pensamento social angolano que, cada qual a sua maneira, moldaram/moldam o modelo de educação e sistema de ensino que vigora atualmente no país.

O colonialismo português, fascista em sua essência, moldou durante o período de ocupação de Angola, um sistema de ensino racista e etnocentrista, baseado na exaltação da identidade lusófona em detrimento das cosmovisões e cosmogonias, bem como dos saberes e fazeres ancestrais africanos. Do ponto de vista do Estado colonial, os costumes dos povos de Angola eram inferiores aos portugueses e deveriam ser validados e/ou cancelados segundo a interpretação destes últimos. Segundo o artigo 1º dos Estatutos do indígena, “a contemporização e uso dos costumes dos indígenas é limitada pela moral, pelos ditames da humanidade e pelos interesses superiores do livre exercício da soberania portuguesa” (Portugal, 1954, p. 202).

Já o marxismo do pós-independência, pautado num lema de unificação com vista a construção de uma identidade nacional homogênea, via na diversidade étnico-cultural de Angola um entrave ao seu projeto de edificação de uma nação socialista monótona. Por outro lado, o modernismo liberal euro-ocidental calcados em ideais supremacistas, pintam as práticas culturais dos povos de Angola como sendo arcaicas, senão mesmo não culturas (Sala, 2024).

Por mais antagônicas que possam parecer, é possível achar um consenso entre as vertentes ideológicas supracitadas, o supremacismo euro-ocidental. O denominador comum é que, cada qual a sua maneira, todas consideram as sociedades ocidentais como a forma mais avançada de civilização em detrimento dos demais povos e culturas. Conforme observa Quijano (1991, p. 22), o fato de que os europeus ocidentais terem “imaginado ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie”.

“Mas já que ao mesmo tempo atribuíam ao restante da espécie o pertencimento a uma categoria, por natureza, inferior e por isso anterior, isto é, o passado no processo da espécie, os europeus imaginaram também serem não apenas os

portadores exclusivos de tal modernidade, mas igualmente seus exclusivos criadores e protagonistas. O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder” (Quijano, 2005, p. 122).

O documento oficial sobre o estatuto de indígena que o colonialismo fascista português impôs sobre os angolanos dizia que, “sem enfraquecer a proteção legal dispensada ao indígena, considerar situações especiais em que ele pode encontrar-se a caminho da civilização” (Portugal, 1954, p. 200). Por encontrar-se a caminho da civilização entendia-se por assimilação, ou seja, aculturação, europeização espiritual e comportamental dos povos de Angola.

Em Angola, boa parte dos quadros formados em Portugal, principalmente no campo das Ciências Sociais e Humanas, encontram-se lotados em instituições acadêmicas e departamentos estratégicos da administração pública do Estado. “As primeiras gerações foram compostas por sociólogos formados nas então metrópoles, por sua vez, as gerações posteriores são compostas simultaneamente por sociólogos formados localmente e os formados nos países europeus” (Merlen, 2021, p. 318).

Sobre o que diz Merlen (2021), isso por si só não se configura num problema, desde que tais profissionais estejam dotados de pensamento crítico e atentem-se ao fato de que são africanos e estão em África. Mas os discursos que tem se verificado ultimamente apontam para um quadro preocupante. É aterrador, para dizer no mínimo, o tanto de gente instruída e ditos analistas sociais proferindo discursos apologéticos ao colonialismo, ignorando a hierarquia de raças estabelecida na Angola sob ocupação portuguesa e, automaticamente, desmerecendo a luta dos heroicos povos de Angola que com esplêndida bravura, expulsaram a praga fascista da terra de seus ancestrais.

Para refrescar a memória amnésica destes educadores, acadêmicos, políticos e analistas sociopolíticos, se faz necessário recitarmos, mais uma vez, o icônico documento estatutário do indígena de autoria do regime cuja imagem atualmente procuram lavar. Segundo o mesmo, considera-se indígena das colônias as pessoas de raça negra ‘ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivido habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Portugal, 1954, p. 201).

A Síndrome do Provincialismo Assimilado que afeta muitos educadores e acadêmicos em Angola não seria, por assim dizer, algo que suscitasse tanta preocupação se tais profissionais resguardassem os seus complexos para si, mantendo-os no plano pessoal. O problema é que, deveras, as instituições são formadas por pessoas, que assumidamente ou não, são ideológicas em sua essência. Assim sendo, trata-se de um fenômeno que direta ou indiretamente, “afeta o pensamento coletivo das instituições e determina possibilidades de ruptura, autonomia ou manutenção do vínculo subalterno com as estruturas organizacionais e sistemas da antiga metrópole colonial, sobretudo no campo da educação” (Sala, 2024, p. 116).

A irresponsabilidade de muitos profissionais, aqueles que deveriam estar na vanguarda do processo de descolonização das mentes operando a partir das instituições acadêmico-escolares do país gera um efeito cascata, criando um imaginário popular, para dizer no mínimo, subalternizado. Que pinta o ex-colonizador racista e supremacista como aquele que possui o conhecimento sobre a verdade histórico-social do país.

Uma das principais características da síndrome do provincialismo assimilado é que, ela converte o nativo africano assimilado, agora no contexto de uma Angola independente, no principal porta-voz, defensor dos interesses e dos ideais da ex-metrópole colonial de forma ávida. Se no período colonial ser assimilado configurava-se numa estratégia de sobrevivência e mecanismo de ascensão social determinadas pelas condições de *indigência cultural-materialistas* imposta sobre os povos de Angola, tendo em conta a hierarquização étnico-racial estabelecida na colônia, hoje configura-se num ilusório mecanismo de prestígio social voluntariamente adotado, determinado pela condição de alienação espiritual e cultural que afeta fortemente parte da elite política-acadêmica do país.

Um dos principais dispositivos desse processo de auto-assimilação generalizada encontra-se no quesito língua, podendo ser observado nada mais, nada menos do que na própria constituição da República de Angola (Angola, 2010) que, no seu artigo 19º, estabelece à língua portuguesa o estatuto de única e exclusiva língua oficial do país, impondo-se nos sistemas acadêmico e educacional. Tal artigo atesta que, a classe política dirigente de Angola saída da República do pós-independência e amarrada ao poder até os dias atuais, constitui o grupo de pacientes portadores da síndrome do Provincialismo Assimilado de primeira ordem, sendo aquela que mantém a infestação desta enfermidade social ativa ao oficializá-la nos níveis jurídico-institucional.

Tal dispositivo legal possui estreita semelhança com a condição de supremacia atribuída a língua portuguesa pelo Estatuto do Indígena de Portugal colonial que, no seu artigo 1º, diz que o ensino estabelecido nas colônias e destinado as populações indígenas deverá priorizar a difusão da língua portuguesa. A possibilidade da empregabilidade dos idiomas nativos se configura num meio que teria como fim único e exclusivo, a difusão e a consequente supremacia da língua portuguesa (Portugal, 1954).

Do ponto de vista geral, tal problemática já não se restringe apenas às línguas nacionais (línguas étnicas), uma vez que o português angolano é desde algum tempo um fato incontestável. Inclui igualmente a marginalização do português angolano dentro do sistema educacional, através do uso da ainda em vigor gramática do português de Portugal e, o uso de expressões e linguagens técnico-científicas alheios ao contexto sociolinguístico angolano.

Para a elite portadora da Síndrome do Provincialismo Assimilado em Angola, falar bem o português significa se aproximar o mais parecido possível de um sotaque lisboeta, o que chega a beirar ao ridículo de tão forçado e exagerado. Para a elite alienada, tal autodepreciação (de fato) se traduz em *status quo* e mecanismo diferenciação social. Essa mentalidade neocolonial, agora autoimposta, configurou-se num dos dispositivos de assimilação colonial de primeira ordem, conforme previa o Estatuto do Indígena. No referido estatuto (Portugal, 1954), artigo 56º- alínea b, capítulo III – atrás somente da maioridade (18 anos), falar corretamente a língua portuguesa se configurava no principal requisito para que o africano perdesse a condição de indígena e tivesse a possibilidade adquirir a cidadania portuguesa que, lembremos, nunca era plena.

Tudo isso nos leva a deduzir que, dada as semelhanças e a reprodução de pressupostos político-sociais da colonização pelo, por hora governo neocolonial de Angola, seguido de parte da elite acadêmica, as colonialidades do ser e do saber seriam pressupostos políticos que se destinavam a manutenção da hegemonia cultural euro-ocidental ao longo do tempo que, não obstante a sua natureza abstrata, se configura num instrumento de poder mais complicado de se combater quando comparado com a mais facilmente detectável ocupação político-militar do passado.

Nesta senda, uma das características que torna a Síndrome do Provincialismo Assimilado uma enfermidade social difícil de se combater seja o fato de que, deveras, os que dela sofrem não sabem que sofrem e se consideram equivocadamente cidadãos livres e

mentalmente descolonizados. Lauer (2016) faz ênfase à colaboração dos estudiosos africanos na negação da existência de produção acadêmica local antes da chegada dos europeus, e faz, ainda, uma chamada atenção ao papel destes no processo de legitimação da autoridade acadêmica ocidental sobre as locais.

Esta mitologia discursiva ignora a interdependência de sucessos acumulados escolhidos, muitas vezes roubados, de diversas culturas, heranças religiosas e regiões geográficas, durante vários séculos e atualmente. Ao fazermos isso, nos mantemos coletivamente a convicção confortável de que afinal de contas existe uma tradição superior de conhecimento que, uma vez dominada e adotada de maneira suficiente nos seus aspectos técnicos e nas suas implicações de valor, resolvera os problemas de dois terços do mundo (Lauer, 2016, p. 1522).

Como resultado de um processo histórico de alienação sociocultural pautado em pressupostos ideológicos de matrizes ocidentais, criou-se um grande equívoco no seio da sociedade angolana em que, com base num vocabulário hegemônico, os conceitos de modernidade e tradicional são colocados em lados opostos. Assim sendo, as abordagens teórico-conceituais euro-ocidentais passam a ser interpretadas como sinônimo de modernidade, portanto, remetendo ao desenvolvido. Por outro lado, os saberes e fazeres africanos remetem ao tradicional, portanto, ao arcaico e atrasado (Sala, 2024).

Falola (2007, p. 24) repreende essa ordem de pensamento ao observar que, “já rejeitamos a ideia de que a modernidade é uma progressão linear do tradicional para o moderno. Também já rejeitamos a ideia de que a fonte da modernização é unicamente ocidental”. Já dizia o intelectual indiano Prabhat Patnaik que: “acreditar que os currículos e os conteúdos dos cursos das universidades do terceiro mundo devem ser idênticos aos das universidades metropolitanas é, em si mesmo, um sintoma de hegemonização do imperialismo”.

Uma vez que a era do neoliberalismo implica a hegemonia do capital financeiro globalizado, e como esse capital requer uma tecnocracia globalizada (ou pelo menos homogênea), a ênfase se desloca para ter um sistema educacional homogêneo a nível internacional a fim de treinar tal tecnocracia; e, obviamente, tal sistema tem necessariamente de emanar da metrópole. Isto significa um sistema educativo não para descolonizar as mentes, mas sim para recolonizá-las”.

Quijano (2005) ao se referir à resistência intelectual à perspectiva histórica hegemônica que afirma que a modernidade é um fenómeno euro-ocidental, diz: “a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não europeias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenómeno de todas as culturas, não apenas da europeia ou ocidental” (Quijano, 2005, p. 122). Ainda, segundo o autor:

a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-razional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. “A pretensão eurocêntrica de ser a exclusiva produtora e protagonista da modernidade, e de que toda modernização de populações não-europeias é, portanto, uma europeização, é uma pretensão etnocentrista e além de tudo provinciana” (Quijano, 2005, p. 122).

Para Yankah (2016), “quanto ao trauma do contato com o Ocidente, as Humanidades devem relacioná-lo à obsessão pela construção de uma modernidade africana quando todo o legado desse projeto foi embasado pela violência”. A síndrome do provincialismo assimilado (aculturado) está enraizada no comportamento da classe dominante que, segundo os quais, tudo deve estar em conformidade com o sistema da antiga metrópole.

A elite aculturada que dita os meandros da vida político-institucional do país ignora as particularidades socioculturais dos povos que constituem a nação angolana. Interpretam Angola como um país em África no lugar de um país africano, ao impor a sociedade programas estruturais alheios, como metas do milênio europeu que aliás, não passam de simulacros políticos, visto que a corrupção impera e se sobrepõem a qualquer tipo de iniciativa proposta.

## CONTRA-MEDIDAS A SÍNDROME DO PROVINCIALISMO ASSIMILADO

### **Contra-medida 1: sociologia da educação em Angola**

É paradoxal a lógica da síndrome do provincialismo assimilado que cria narrativas segundo as quais, educadores, acadêmicos e cientistas sociais portugueses recebem a fama de verdadeiros conhecedores da história e realidade sociológica angolana. Em 2024 disse eu, e reitero que, não se sabe onde está a verdade histórico-social de um país quando a legitimação das narrativas “recai sobre o ex-colonizador, o mesmo que estabeleceu um regime rígido de hierarquização racial com base na subalternização constitucional da população nativa local em relação aos colonos europeus” (Sala, 2024. p. 116).

Por isso é que, as contra-medidas basilares contra a Síndrome do Provincialismo Assimilado começa com o desenvolvimento de um sistema de educação de matriz endógeno-africanista. Como membro de pleno direito da sociedade das nações africanas, isso o desenvolvimento de um sistema de educação endógeno em Angola deve se pautar na

adaptação de várias estratégias desenvolvidas em África por africanos, além daquelas desenvolvidas nas diásporas africanas com base em pressupostos teórico-epistemológicos que dialogam com os fatos sociais decorrentes em África e que, no lugar de objeto – horizontalizam seus métodos centralizando a África como sujeito de pesquisa.

A África, assim como a Ásia, é dos continentes culturalmente mais diversos do mundo. Os vários grupos que constituem as configurações das sociedades africanas possuem particularidade histórico-sociais, ao mesmo tempo que partilham de heranças, práticas culturais, parentesco interétnico e de histórias em comum, além de várias histórias locais a parte. No caso específico de Angola, poderíamos falar do grande grupo Bantu, do qual são originários os principais grupos étnicos do país, além de ser o grupo majoritário na região Centro-Sul do continente africano (Sala, 2024).

Além do parentesco linguístico, os bantú conservam um fundo de crenças, ritos, usos e costumes similares. É possível se falar em um povo bantú, mesmo que subdividido em outros grupos de características culturais variadas, histórias diversas e, até, antagônicas. A unidade cultural revela-se nas linhas básicas de pensamento, na concepção espiritualista do mundo e da vida e na vivência do humanismo que dá a base das instituições sociopolíticas (Malandrino, 2010b, p. 50 apud Oliveira, 2015, p. 57).

A proposta sobre “a construção de um sistema de educação de matriz endógena em Angola” é uma proposta africanista. O fato é que, a sociedade angolana, junto com outras sociedades africanas integram e formam a chamada sociedade das nações africanas. Isso porque, segundo Merlen (2021, p. 317) “a sociologia africana é um caso genitivo que remete a uma sociologia regional, constituída por várias “sociologias nacionais”. Além do mais, não podemos nos eximir do fato de que, a União Africana considera a diáspora africana como sexta região do continente e, portanto, parte da grande família africana.

Como a Sociologia africana se traduz num conjunto de várias Sociologias regionais, conforme diz Merlen (2021), as limitações contextuais seriam menos significativas ao se recorrer aos textos de especialistas africanos como literatura de estudos dos fenômenos sociais que afetam a sociedade angolana, inclusiva no setor da educação. Isso porque, apesar de uma das regras básicas da pesquisa acadêmico-científica remeter a delimitação objeto, neste caso o país Angola, os estudos que têm outras sociedades e países africanos Sul Saarianos como sujeitos de pesquisa são os que mais dialogam com os fenômenos sociopolíticos decorrentes em Angola.

Appiah (1997), por exemplo, se contrapõe a ideia de uma única identidade africana. Há que se ter cuidado antes de se tirar qualquer conclusão sobre o pensamento do autor. Ou seja – ele não nega a existência de uma identidade ou identidades comuns entre os africanos.

Porém, se contrapõe a visão homogenizada da África construída pelo mundo ocidental, uma vez que, ao invés de uma identidade africana, existem várias identidades africanas. Em diálogo com Appiah (1997), faz jus deduzirmos que a composição multiétnica e multicultural é uma riqueza inestimável e, por isso mesmo, se traduz numa fortaleza socioantropológica que torna os fenômenos sociais e demais fenômenos multidisciplinares em África num enigma externamente indecifrável.

A diversidade faz da África um enigma difícil de se decifrar. São Reinos Ancestrais dentro de Repúblicas, Nações dentro de Nações e Civilizações dentro de Civilizações. Por isso, chega a ser um perjúrio histórico-social, uma aventura achar que se pode decifrar as configurações sociais que formam as bases estruturais dos povos, nações e civilizações africanas a partir de olhares alheios as realidades locais. É um flagrante insulto a África e aos africanos habitualmente feito por universidades, centros de estudos, cátedras, grupos de estudos e autores que se prezem em falar/escrever sobre África sem que se leve em o ponto de vista dos africanos como protagonistas da sua história e, portanto – legítimos sujeitos da pesquisa. De acordo com Yankah (2016, p. 142), uma abordagem tão segregacionista como esta, “implica a existência de paradigmas epistemológicos santificados, com os quais os dados e estudos de todos os cantos do universo deveriam concordar para serem reconhecidos como sendo da “corrente dominante”.

Estudiosos africanos não apenas lamentaram isto; temos suspeitado de qualquer projeto que subordine os dados primários à teoria abstrata. Afinal, qual será a relevância da teoria se ela não se fundamentar em dados primários? O afastamento constante dos dados primários facilita a reiterada representação errônea continuada do material africano por estudiosos que conheçam melhor o jargão das ideologias dominantes, mas que podem ter apenas um conhecimento superficial do continente africano (Yankah, 2016, p. 142).

Embora diversa e diferentes, as realidades das sociedades africanas são conectadas. As configurações das sociedades africanas funcionam como um paradoxo, algo difícil de se entender quando não se é local e sua interpretação não pode ser feita por, e simplesmente de forma remota e abstrata – pois, exige ir de encontro com o sujeito – a África, ou dialogar com os seus filhos – os africanos. No caso específico de Angola, um exemplo teórico-prático disso é a sua semelhança com Moçambique, país com o qual possui laços históricos, sociopolíticos e culturais. Dois Estados de matriz Bantu, anteriormente ocupados pelo fascismo colonial português e hoje sob as alçadas de regimes políticos autoritários com *modus operandi* siameses, nomeadamente – o MPLA em Angola, e FRELIMO em Moçambique.

Analisar determinado um determinado fenômeno sociopolítico em Angola com base em estudos centrados naquele Estado irmão seria, a aos olhos de um angolano – por exemplo, como uma espécie de *déjà vu*. Por outro lado, não é fácil dialogar quando analisamos uma sociedade africana com base em determinado estudo que tem uma sociedade euro-ocidental como objeto/sujeito de pesquisa. Por isso é que, Houtondji (2008) é cético quanto “a presença da africanidade nos chamados estudos africanos, o autor também direciona críticas a intelectuais africanos que procuram estudar e entender a África a partir de olhares de autores externos ao continente” (Houtondji, 2008 *apud* Sala, 2024, p. 100).

Quão africanos são os chamados estudos africanos? Por exemplo, por história africana entende-se normalmente o discurso histórico sobre África, e não necessariamente um discurso histórico proveniente de África ou produzido por africanos. Alguns desses trabalhos levam por diante certas tentativas africanas no sentido de pensar, repensar ou simplesmente compreender a filosofia ocidental, bem como no sentido de uma apropriação, por assim dizer, das tradições de pensamento não-africanas. Assim se vai dando origem a interpretações africanas de Descartes, Kant, Hegel, Marx, Husserl, da Escola Crítica de Frankfurt, de pensadores islâmicos e, no futuro, talvez de filosofias chinesas e indianas, bem como muitas outras tradições intelectuais provenientes de fora de África (Houtondji, 2008, p. 151).

A universalização das teorias ocidentais torna-se improcedente na medida em que, tais autores não foram, assim como os seus contemporâneos não são imunes aos preconceitos, bem como ao escancarado senso de superioridade euro-ocidental nas suas relações com os africanos. As sociedades africanas – como a angolana – são das mais complexas e enigmáticas do mundo. Clássico ou contemporâneo, nenhum autor cujos discursos ecoam além das fronteiras africanas possui uma visão que o permita enxergar os incontáveis e enigmáticos fenômenos que ocorrem naquele imenso continente de 55 países, 1 bilhão e meio de pessoas e 30 milhões de Km<sup>2</sup> com. “Portanto, suas teorias estão longe de serem onnipotentes e onnipresentes tal qual são vendidas no sul global, em particular no continente africano, ou em Angola para ser mais específico” (Sala, 2024, 101).

Para Merlen (2021), ao analisar os elementos basilares da construção de uma Sociologia africana, observa que “ao aderir aos princípios do conhecimento científico ocidental, convém que o faça de forma crítica”. Para o autor, “são os problemas sociais e as realidades sociais africanas que fornecem elementos para uma reflexão sociológica afrocentrada”. Portanto, de fato, as tentativas de universalização das teorias sociais ocidentais são imperialismo epistemológico, formatação de mentes, padronização transfronteiriça e transregionais do pensamento social euro-americano (Sala, 2024, p. 101).

Segundo Cardoso (2011, p. 30) “A ciência social ocidental não só nos proporcionou uma representação errônea de África como se abstraiu das pesquisas praticadas em ciências sociais em África”. Para Hernandez (2005), a construção de um conhecimento eurocêntrico

sobre África passa essencialmente pelos sentidos de arrogância, egoísmo e a ilusão por parte do ocidente de que são os donos da verdade absoluta, além de fiadores e legitimadores do é ou não verdade científica. Na visão eurocêntrica, o Ocidente possui a legitimidade para estudar e classificar o outro. Para Hernandez (2005), o fato de que, antes de tentar entender e classificar o outro, é necessário que o europeu procure entender e classificar a si mesmo, pois ele, o europeu, também carece de ser estudado e classificado (Hernandez, 2005).

A Europa invadiu e colonizou regiões longínquas, comercializou seres humanos – além de ter praticado genocídios em série, é palco de guerras em escala recorde que vão desde as medievais, guerras napoleônicas e duas guerras locais universalizadas – hoje chamadas de guerras mundiais. Atualmente é palco de uma guerra de grandes proporções na sua região leste, para além do genocídio que promove no Médio Oriente, e os conflitos nas regiões Norte e Ocidental do continente Africano. A Europa, tomada pelos ideais fascistas e supremacistas, não conhece a si mesma, às vezes incluindo ou excluindo seus flancos Lestes e Sul. Portanto, seus teóricos estão longe de conhecerem integralmente a África e os africanos.

A questão de qual conhecimento local é centralizado como o padrão e quais devem ser determinados como fronteiras periféricas sobre a política do conhecimento: quem está no controle. Os principais fatores determinantes aqui não são simplesmente darwinistas. Por trás deles existe uma missão civilizadora que permeia discursos coloniais e neocoloniais e nos traz para o plano da modernidade, que é caracterizada por e moldada a partir de uma articulação específica de idiomas como o inglês, o francês, o alemão, o italiano e literaturas destes idiomas (seu legado em grego e latim). As culturas de estudo na modernidade são principalmente em inglês, francês e alemão (Yankah, 2016, p. 139).

De acordo com Houtondji (2008), o conceito de Estudos Africanos varia conforme a sua aplicabilidade em África e no Ocidente. Na África, fazem – ou deveriam fazer – parte de um projeto mais vasto: conhecer-se a si mesmo para transformar” (Houtondji, 2008, p. 158). O essencial aqui é entender que, a hierarquização das produções epistemológicas no cenário internacional não atende a nenhuma lógica de autorregulação acadêmica onde uma suposta mão invisível cede aos esforços meritocráticos dos estudiosos do hemisfério Norte, pois não existe a tão propalada livre concorrência acadêmico-epistemológica, muito menos uma leal. É antes, porém, um projeto de poder.

A seletividade nas produções epistêmicas obedece a critérios regionais e étnico-culturais. Infelizmente em Angola – sob influência da Síndrome do Provincialismo Assimilado – os académicos “sonham com uma pseudo integração ango-ocidental inalcançável, uma ideia e crença errada ainda mantida com grande convicção” (Sala, 2024, p. 104). Segundo Yankah (2004), “quando o estudioso africano busca divulgar o

conhecimento através da publicação no mercado global, ele pode ter sucesso se tiver sido um bom garoto. Outras vezes, pode se ver estrangido por editoras internacionais” (Yankah, 2016, p. 137)”.

Nós continuamos a depender de modelos acadêmicos ocidentais para autoavaliação na academia local, uma sequência natural à adoção por atacado de paradigmas ocidentais nas nossas academias. De maneira inversa, o mundo dominado pelo Ocidente sutilmente discrimina sistemas nativos de produção de conhecimento, pois onde no mercado global se consegue localizar modos de produção de conhecimento “primitivos”? Ainda assim, ao mesmo tempo em que esses sistemas são denegridos, eles são utilizados por mediadores de conhecimento ocidentais como fontes de poder e legitimidade. Uma vez que se tenha alcançado esse poder e autoridade sobre o indivíduo alienado, é apenas natural que o monopólio seja mantido, deslocando-se o centro acadêmico, cada vez mais, para longe da concorrência (Yankah, 2016, p. 136-137).

Ao contrário de geral, supostamente universal segundo os critérios da UNESCO, o sistema de educação angolano deve ser contextualizado, ter perspectivas, cosmovisões e cosmogonias com enfoque no afrocentrismo. Yankah (2004) descreve com exatidão o por que é emergencial a implementação das propostas supracitadas ao dizer que, “ao ceder às chamadas tendências globais dentro da academia, geralmente nos esquecemos que a “globalização” nada mais é do que a promoção de outra cultura e outro conhecimento locais para o palco mundial” (Yankah, 2016, p. 139).

### **Contra-medida 2: educação e legislação**

A Constituição da República de Angola é o documento que comporta o pacto social dos povos que constituem a nação angolana. Bem, pelo menos do ponto de vista formal. De fato, é um documento elaborado por uma dúzia de indivíduos afetos ao regime político no poder e imposto forçosamente aos cerca de 40 milhões de angolanos. Na elaboração de leis, decretos-leis, normas e memorandos educacionais, os poucos acadêmicos e intelectuais africanistas angolanos não são tidos nem achados.

Outra questão é que, a constituição de um país com um passado colonial e pré-colonial como Angola é um documento bastante complexo para que seja elaborado e/ou revisto exclusivamente por juristas. Faz-se necessário uma intervenção multidisciplinar, com a participação de sociólogos, antropólogos, historiadores, educadores, etc. O direito pelo direito é inviável, uma vez que, por exemplo, no passado recente, a posse de colônias já foi uma prática juridicamente legal, salvaguardada tanto pelos direitos domésticos dos respectivos países imperialistas, quanto pelo consenso legal internacional articulado por estes mesmos países. O combate a Síndrome do Provincialismo Assimilado deve começar pela, e por uma revisão afrocentrada generalizada da carta magna que determina os meandros

da vida sócio-política do país, a Constituição da República de Angola. As reformas curriculares, educacionais e acadêmica devem ter uma base jurídico-legal sólida sustentadas no mais alto nível. Como propõe Yankah (2016, p. 149), “é necessário que os intelectuais africanos ajudem a desenvolver uma consciência africana sobre o desenvolvimento, uma consciência que guiaria os africanos na concepção de soluções africanas para problemas africanos”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síndrome do Provincialismo Assimilado é um tipo de colonialidade sui generis que acomete todas as estruturas da sociedade angolana, em todas as suas dimensões. Tal fenômeno só poder ser decifrado, diagnosticado e combatido através de uma análise sócio-histórica sistematizada, perpassando a fase que antecede o Estado angolano contemporâneo, o colonialismo. Tal síndrome é uma forma de colonialismo subjetivo, que se manifesta nas práticas culturais, comportamentais, nos modos de agir, ser e fazer-se no mundo. É falsa, e refutamos a crença de que a história é simples narração do passado. Isso significa que, se por um lado o diagnóstico da Síndrome do Provincialismo Assimilado exige uma análise crítica do processo histórico que marca a colonização dos povos de Angola, sua contra-medida passa por um olhar atento e aprofundado das dinâmicas sócio-estruturais dos Estados angolanos pré-coloniais. As reformas curriculares e estruturais do modelo de ensino, bem como do sistema de educação como um todo devem se pautar na metodologia proposta, sustentadas e protegidas por instrumentos jurídico-legais de níveis constitucional.

## REFERÊNCIAS

- ABEIJON, Pili. **Síndrome de Estocolmo Secuestrador y rehen Salud mental Cautiverio**. Trad. Onivan Elias de Oliveira, 2009.
- ANGOLA (2010). **Assembleia Constituinte**. Princípios fundamentais, art 19º Línguas. Constituição da República de Angola.
- APPIAH, Kwame Anthony. **Na Casa de meu Pai: A África na Filosofia da Cultura**; Trad. Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 19-51.
- CARDOSO, Carlos. **Da possibilidade das ciências sociais em África**. Como fazer ciências sociais e humanas em África. 8. Cardoso. Pmd, 02/11/2011.

FALOLA, Toyin. **Nacionalizar a África, culturalizar o ocidente e reformular as humanidades na África**. Afro-Ásia, núm. 36, 2007, pp. 9-38. Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil.

HERNANDEZ, Leila Leite. **Novo imperialismo e a perspectiva africana da partilha**. In: A África na sala de aula: visita a história contemporânea. Belo Horizonte: Selo Negro, 2005, p.45- 69.

HOUNTONDJI, J. Paulin. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos**: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março 2008: 149-160.

LAUER, Helen, **sobre a própria ideia de uma tradição do conhecimento ocidental**: analisando afirmações que lidam com o regresso econômico na África. Capítulo 48, volume III. O resgate das ciências sociais e humanas, e das humanidades através da perspectiva africana. Fundação Alexandre de Gusmão Brasília – 2016.

MERLEN, Sebastião. **Sociologia africana**: do genitivo do objeto ao genitivo do sujeito. Revista da ABPN • v. 13, n. 38 • 2021 • p.303-328.

OLIVEIRA, Roberto. **Hibridação bantu**: O percurso cultural adotado por um povo. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião, Pontífica Universidade Católica de Goiás. Goiás, 2015.

PATNAIK, Prabhat. UMA política educacional para colonizar mentes. **Resistir. Info**. Informação disponível em: [https://resistir.info/patnaik/patnaik\\_31dez23.html](https://resistir.info/patnaik/patnaik_31dez23.html). Acesso em 31 de dezembro de 2023.

PORTUGAL (1954). **Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique**. Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de maio de 1954.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), 2005.

SALA, Eduardo. **Propostas para construção de epistemologias sociológicas endógenas**: contra/decolonização do referencial teórico do ensino de sociologia e do subsistema do ensino superior em Angola. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2024.

YANKAH, Kwesi. **A globalização e o acadêmico africano**. Versão levemente revisada a partir da monografia com o mesmo título publicada em 2004 pela Faculdade de Artes da Universidade de Gana, em Legon. O resgate das ciências humanas e das humanidades através de perspectivas africanas, volume I, capítulo 3. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília 2016. P.135.